



O DISCURSO DA ESTILÍSTICA: EFEITO DE SENTIDO DA SINGULARIDADE DA LÍNGUA NACIONAL

Élcio Aloisio FRAGOSO¹

Resumo: O presente artigo, que tem como objeto de estudo o discurso da estilística (sobre o estilo), nas gramáticas brasileiras do final do século XIX, filia-se ao Projeto História das Ideias Linguísticas, articulado ao campo da Análise de Discurso, de linha francesa, na perspectiva de Michel Pêcheux (1981, 1990 e 1995), Eni Orlandi (1993, 1996, 2001) e outros colaboradores. A análise desenvolvida neste artigo propõe uma nova leitura para os estudos sobre estilística, da perspectiva discursiva, no contexto da gramatização brasileira. A tese que defendo nesse artigo é a de que o discurso sobre o estilo nas gramáticas brasileiras do final do século XIX imprimiu um efeito de sentido, relativamente à constituição da língua nacional. O discurso da estilística nas condições próprias em que ele foi produzido (em gramáticas brasileiras do final do século XIX) deu forma material para a língua nacional, o Estado brasileiro, pois entendemos que o discurso gramatical, atravessado pelo discurso da estilística (do final do século XIX), constituiu-se na representação política da construção da unidade da língua nacional e do Estado brasileiro. Enfim, as gramáticas brasileiras do final do século XIX constituíram-se em um lugar em que podemos ter a visibilidade da construção da unidade política do Estado brasileiro, bem como do processo de construção do sujeito dessa língua nacional.

Palavras-chave: Análise de discurso, cidadania, estilística, História das ideias linguísticas, língua nacional.

Abstract: This article, that has as aim to analyze the discourse of the stylistic (about style), in the grammatical production of the end 19th century, inscribes itself in the Project History of Linguistic Ideas, articulated to the Discourse Analysis field, of the French School, as it is

¹ Mestre e doutor em Linguística, pela UNICAMP. Professor de Linguística e de Língua Portuguesa, da Fundação Universidade federal de Rondônia – UNIR. elciofragoso@unir.br



elaborated in the Brazil based on the works of the Michel Pêcheux (1881, 1990 and 1995), Eni Orlandi (1993, 1996, 2001) among others. The analysis developed in this article proposes another reading to the studies concerning stylistic, from a discursive perspective, in the context of Brazilian grammatisation. We presuppose that the discourse about style in the Brazilian grammars of the end 19th century fixed an effect of sense, in relation to constitution of the national language. The discourse of the stylistic in the specific conditions in which it appeared (in Brazilian grammars of the end 19th century), it gave material form to the national language, to the Brazilian State, because we understand that the grammatical discourse, crossed by discourse of the stylistic (of the end 19th century) constituted itself in the political representation of construction of unity of national language and of Brazilian State. Finally, the Brazilian grammars of the end 19th century constituted itself in a place in which we have the visibility of the construction of the political unity of the Brazilian State, as well as of the process of construction of the subject of this national language.

Key-Words: Discourse analysis, citizenship, stylistics, History of linguistic ideas, national language.

1. INTRODUÇÃO

Entendemos que a língua portuguesa passa a ser uma questão brasileira no momento em que nossos escritores, gramáticos e lexicógrafos tornam-se autores (cf. Orlandi, 2000) por realizarem este gesto de interpretação sobre a língua em território nacional. E a constituição desta autoria está fortemente ligada ao estabelecimento do poder político (a Independência e a República) do qual ela seria a representação, através da constituição de saberes cuja forma material era a manifestação própria deste poder. Mais do que serem autores de suas obras²,

² Vale lembrar que Foucault (1996:26) entende o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência. O autor para Foucault é aquele que presta conta da unidade de texto posta sob seu nome. Não foi com essa noção de autoria que realizamos nossas análises (cf. Fragoso, 2001) referentes aos autores românticos. Estes, não eram apenas autores de suas obras (na ordem do discurso literário), mas também autores da nossa língua – a nacional, na medida em que eles deslocavam o modo de escrever em relação a Portugal, legitimando a especificidade da nossa língua. Os escritores românticos realizaram o gesto de autoria da língua nacional.



eles participavam da construção do Estado e do sujeito brasileiros, através da constituição de instrumentos linguísticos necessários, pois estes representaram a identificação entre povo, língua e nação. Trata-se do processo de gramatização³ do português brasileiro⁴. E isto é particularidade do século XIX.

2. O PROCESSO HISTÓRICO DE TRANSFORMAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

Visando dar continuidade às pesquisas realizadas pelo Projeto “História das Ideias Linguísticas no Brasil: Ética e Política das Línguas” (fase do projeto em que este trabalho se enquadra) em que se busca interpretar os fatos próprios da língua portuguesa no Brasil, considerando os elementos exteriores que constituem as regularidades históricas que conferiram à língua portuguesa sentidos diferentes aqui no Brasil, o presente artigo analisa o discurso da estilística (sobre o estilo) em gramáticas brasileiras do final do século XIX, procurando observar o processo histórico de transformação, explicitado por este discurso, por que passou a língua portuguesa no Brasil.

Conforme já foi dito, no século XIX, dá-se a representação política da independência de nosso país através da construção de objetos simbólicos sócio-históricos que constituem a materialidade de uma prática que significa a cidadania (cf. Orlandi, 2001: 8). A produção gramatical e literária está entre estes objetos que no século XIX representavam a unidade imaginária da nação e da língua. Estes objetos vão produzir sentidos relacionados à formação de nossa sociedade. Nessa direção, eles são discursos cujos funcionamentos deslocam/transferem sentidos para a língua nacional.

Neste artigo, tendo em vista a relação entre a estilística e a gramática, no final do século XIX, não limitamos nosso objeto de estudo a uma análise estilística propriamente dita.

³ Por Gramatização estamos entendendo “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992: 65).

⁴ Segundo Guimarães, a gramatização no Brasil se dá a partir da segunda metade do século XIX, em meio, inicialmente, a uma discussão sobre as diferenças entre o Português do Brasil e o de Portugal. (...) Para o Brasil, a gramatização surge como um procedimento de independência de Portugal. E se desenvolve tanto na busca de outras filiações teóricas que não as vindas somente através de Portugal, quanto na medida em que os estudos do Português no Brasil se dedicam a especificidades brasileiras do Português (Guimarães, 1996b: 136).



Nosso objetivo é descrever o funcionamento do discurso da estilística, observando sua relação com o processo histórico de constituição da língua nacional. Tratando desta relação, necessariamente, outras noções serão mobilizadas por estabelecerem uma relação mútua: *sujeito nacional, subjetividade, língua nacional, identidade nacional, sentido, etc.*

Para além do seu funcionamento estilístico, articulado ao discurso literário, que se filia à concepção de que o estilo é o modo peculiar de falar e escrever que tem cada homem (concepção canônica do estilo), queremos descrevê-lo enquanto uma **prática discursiva**, cuja regularidade deve ser buscada junto à da produção gramatical e literária do final do século XIX (à constituição de uma escrita e de uma escritura nacionais).

Procuramos, neste texto, descrever o efeito político e ideológico da singularidade da língua nacional – “uma língua expressiva” – no discurso da estilística, da produção gramatical do final do século XIX. Este efeito mostrava também um sujeito que se individualizava, em relação à sua constituição histórica. O discurso da estilística explicita o real da língua, isto é, a incompletude da língua. Ele mostra a resistência de uma língua que não se deixa normativizar. Este discurso é o lugar onde retorna sempre o real da língua. A gramática evita lidar com esta questão “domesticando-a” com a noção de estilo. O que não está para a gramática aparece como sendo relativo à emoção. Desse modo, pretendemos realizar um estudo sobre o discurso da estilística que leve em conta essas questões, saindo da evidência desse discurso imposto pela gramática.

O discurso da estilística evidencia o confronto entre a língua gramatical, língua que deve ser aprendida por todos (uma língua comum a todos) e a língua individual, a língua tal qual ela é falada pelo povo. Queremos desconstruir a evidência de como este confronto é colocado nas gramáticas do final do século XIX, enquanto um confronto entre o que é regular (a língua gramatical lógica) e o que é considerado irregularidade, desvio dessa língua lógica, isto é, entre o que é gramatical e o que é estilo.

Que efeitos de sentidos podemos apreender neste discurso, em relação à constituição da nossa língua? Que noção de sujeito é formulada neste discurso? Em Júlio Ribeiro, encontramos uma definição de estilo, ligada à noção de “homem” (noção mais biológica). Que efeitos de sentidos o discurso da estilística está encobrindo, em relação à constituição da



forma histórica do sujeito brasileiro? Sob quais determinações o discurso da estilística se constitui? O que podemos descrever deste discurso em relação à sua forma material, que é constitutiva da língua nacional? Que interpretação este discurso determinava para esta língua? Que efeitos de sentidos devemos buscar no discurso da estilística?

Mais do que querer descrever nossa emotividade como o caráter próprio da nossa língua (inerente a ela), que a torna uma “língua expressiva”, de uma perspectiva dos estudos estilísticos da língua, pretenderemos descrever esta emotividade enquanto o efeito de sentido que singulariza a língua nacional, isto é, é este o processo histórico de significação da língua nacional que buscaremos descrever neste trabalho.

Nosso objetivo é descrever o funcionamento do discurso da estilística observando sua relação com o processo histórico de constituição da língua nacional. Tratando desta relação, necessariamente, outras noções serão mobilizadas por estabelecerem uma relação mútua: *sujeito nacional, subjetividade, língua nacional, identidade nacional, sentido, etc.*

3. O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DA ESTILÍSTICA

O discurso da estilística, mais do que um discurso sobre as figuras de sintaxe, dá a visibilidade da constituição de sentido para a língua nacional e o sujeito brasileiro. Ele fixa certos sentidos para esta língua e não outros.

Este discurso coloca questões referentes à língua nacional, não sendo, portanto, apenas um discurso sobre o estilo. *Vemos também neste discurso um sujeito determinado pela sua “individualidade”.* O discurso da estilística traz na sua própria formulação o efeito de sentido de uma língua tal como ela é falada individualmente, isto é, de uma língua relacionada aos seus falantes e que por isso mesmo ele materializa uma língua que é própria destes falantes, determinada pelo modo “próprio” de falar do brasileiro.

O discurso da estilística evidenciava um sujeito determinado/interpelado pela sua própria língua (a nacional). Que fatores históricos e ideológicos compõem as condições de produção deste discurso em relação à constituição da nossa língua e da nossa sociedade?



Podemos afirmar que este discurso tornava visível a construção de um país com sua língua e como nós somos interpelados pela mesma e nos tornamos sujeitos. Ou seja, este discurso mostra o processo histórico de constituição do sujeito brasileiro.

Desse modo, o discurso da estilística não é só um discurso da individualidade (sua evidência), mas ele deixa ver os efeitos de outros discursos que estão funcionando em relação à constituição da nossa língua e de nossa subjetividade. O discurso da estilística faz parte do processo histórico de construção de sentidos (de uma significação, referência) para a língua nacional.

De nossa perspectiva, a discursiva, a estilística materializava a ideologia que é a manifestação do poder político que se instalava no Brasil e que imprimia o sentido de singularidade/individualidade do Estado brasileiro com todas as suas consequências: a de construção da unidade da língua nacional, a de construção da identidade do sujeito brasileiro e a de construção do efeito de singularidade da língua nacional. O discurso da estilística é um discurso que nos interpela pela “subjetividade”. Ele nos coloca diante do processo em que nos constituímos enquanto sujeitos.

Este discurso materializava a tensão histórica entre a língua nacional e a língua portuguesa. Ele estabelecia uma forma própria de relação entre os sujeitos (determinados por um “pensamento” próprio) e a sua língua.

O discurso da estilística deslocava a relação do sujeito com a língua. Ele não só realçava a maneira de cada indivíduo falar e escrever, mas sim mostrava uma nova relação entre o sujeito (brasileiro) e a sua língua (a nacional). Este discurso põe em relevo o sujeito que fala/que “pensa” e não a língua. Tem-se, então, um discurso que argumenta pelo “pensamento”. Pode-se dizer que o discurso da estilística abre para uma nova relação do sujeito com a língua. Desta nova relação, vemos a constituição mútua de um sujeito e de uma língua. É nesse sentido que podemos falar de um povo que tem a sua língua própria. Individualizando-nos, individualizamos também a nossa língua. Dessa perspectiva, o discurso da estilística é a representação política desta relação constitutiva (imaginária) entre sujeito e língua, conforme buscaremos descrever neste artigo.



Este discurso vai realçar o “pensamento” do povo brasileiro e a sua “expressão” como uma língua individual/expressiva. É este o efeito que estamos chamando de língua nacional, produzido pelo discurso da estilística, e que procuramos descrever neste trabalho.

O discurso da estilística nos leva a compreender a constituição da nossa sociedade e da nossa forma-sujeito histórica, pois ele é parte constitutiva desse processo. Ele dá a visibilidade de um país que tem a sua própria língua.

Este discurso é a parte da gramática que introduz o sujeito falante na língua. Nele, vemos que o sujeito falante é o autor da língua que fala. O discurso da estilística não se constitui em uma descrição imóvel da língua, como as outras partes da gramática, ele explicita, pelo contrário, a língua sendo alterada/modificada pelo indivíduo. Em Júlio Ribeiro (1881, 13^a ed. 1919), esta alteração é remetida ao que é individual, isto é, é próprio de cada indivíduo ter seu modo de falar e escrever. Já em João Ribeiro, estas mudanças aparecem, mas remetidas às possibilidades que a língua oferece.

Pode-se perguntar também para o discurso da estilística qual língua é a nossa e qual a sua referência? Esta língua é remetida aos seus falantes, logo, a sua referência não deve ser buscada nela mesma, mas sim em relação a uma individualidade inerente a estes falantes. É nesse sentido que podemos afirmar que o discurso da estilística reivindica uma língua própria, remetida a esta individualidade própria de seus falantes. Nossa língua, portanto, estaria relacionada ao nosso modo próprio de falar e de escrever esta língua. Temos neste discurso uma descrição/interpretação da língua nacional.

Em outras palavras, podemos dizer que o discurso da estilística explicita que a língua portuguesa não é a mesma para portugueses e brasileiros, pois estes têm um modo particular de falar e escrever a língua, caracterizando-a como a nossa língua, particular em relação a este povo. É relativamente a esta individualidade, inerente aos seus falantes, que o discurso da estilística realiza um gesto de interpretação sobre a língua nacional. É por esta via de reflexão que podemos dizer que, falando em constituição da língua nacional e de seus efeitos de sentidos, estaremos falando também ao mesmo tempo da constituição histórica de um sujeito nacional.



Enfim, este discurso explicita as diferenças da nossa língua, em relação à língua portuguesa tradicional. Porém estas diferenças são remetidas ao estilo próprio dos indivíduos. É neste lugar que encontramos espaço para a legitimação de nossa língua, enquanto uma língua expressiva, diretamente ligada aos seus falantes (ao que estes sentem e pensam).

O discurso da estilística, de nossa perspectiva, produz uma divisão que não é só interna à gramática. Em nossos estudos, queremos relacionar esta divisão ao processo histórico de constituição da língua nacional. Nesse sentido, o discurso da estilística vai manifestar um rompimento com a língua portuguesa tradicional.

Não queremos ficar na evidência de que o discurso da estilística é um discurso descontextualizado, sendo definido apenas enquanto o modo peculiar de falar e escrever que tem cada homem. Este discurso é muito mais complexo e abrangente que isso, se o tomarmos enquanto efeito de sentido, visto que ele nos fornece pistas para compreendermos como se dava a determinação histórica do sujeito brasileiro.

De nosso ponto de vista, a evidência do discurso da estilística – enquanto o modo peculiar que cada indivíduo tem de falar e escrever – deve ser questionada, quando se pensa a relação desse discurso com o processo de gramatização do português brasileiro (Guimarães, 1996b: 136) e a constituição da língua nacional. Nessa direção, o discurso da estilística impõe outro tipo de relação com a língua, marcada pela “força (e liberdade) de expressão do pensamento/sentimento”. Isto sem dúvida tem a ver com as condições históricas de produção desse discurso.

Se tomado na sua evidência, o discurso da estilística se confundiria com uma subjetividade inerente ao indivíduo. Por outro lado, nosso interesse é descrever a constituição deste discurso relativamente à história da constituição da língua nacional. Dessa forma, tratar do discurso da estilística é tratar do problema (da tensão) da constituição histórica da nossa língua (de sua individualidade própria) e conseqüentemente da constituição de um sujeito nacional. Quando enfocamos o discurso da estilística da perspectiva discursiva a que nos filiamos, acreditamos que estaremos saindo da evidência de que este discurso, tomado ao pé da letra, estaria relacionado ao modo particular da cada indivíduo falar e escrever.



Nessa direção, este trabalho, pela sua filiação teórica à Análise de Discurso de linha francesa, vai trazer questões para o discurso da estilística (sobre o estilo), buscando com isso a compreensão dos efeitos de sentidos relacionados à língua nacional, para não ficarmos nas evidências internas a este discurso. Para além de considerá-lo enquanto figuras que realçam o pensamento, queremos entendê-lo como uma prática discursiva cujo funcionamento (político) está relacionado à constituição de sentidos à língua nacional. Dessa forma, esta prática discursiva está ligada às questões de ética e de política. Nossa preocupação, portanto, será em descrever as determinações históricas deste discurso. Em outras palavras, pretendemos descrever o seu funcionamento no processo de gramatização do português brasileiro e na constituição da língua nacional. Por esta via, buscaremos deslocar o discurso da estilística (entenda-se aqui figuras de sintaxe, pois o discurso da estilística é fundamentalmente figuras de sintaxe) do seu lugar tradicional: enquanto modos irregulares de exprimir o pensamento, que se manifestam alterando a sintaxe regular. Desse lugar, a noção de estilo e de figuras de sintaxe permaneceria relacionada ao que é individual e ao que é irregularidade do pensamento. É o que acontece, por exemplo, na gramática de Júlio Ribeiro (1881, 13ª ed. 1919), onde encontramos um item para o estilo em que o autor assim o define: “*estilo é o modo peculiar de fallar e escrever que tem cada homem: quem o determina é a natureza; quem o corrige é a observação*” (p. 326). No parágrafo seguinte, ele enuncia que por ser útil, vai classificar certos modos irregulares de expressão do pensamento que se manifestam alterando a sintaxe regular. E assim, ele segue apresentando as figuras de sintaxe enquanto alterações da sintaxe regular, aceitas pelo uso. De nossa parte, a estilística será considerada um efeito discursivo, pois resulta das condições históricas específicas de constituição da língua nacional.

Portanto, a estilística não se reduz a um discurso sobre a singularidade relativa ao modo de falar e escrever de um indivíduo. Não falaremos deste discurso somente enquanto o modo próprio que tem cada homem de falar e escrever. Trata-se, ao invés disso, de relacioná-lo à historicidade da língua nacional. Este discurso não se articula ao discurso da língua portuguesa padrão, se considerado em relação às condições de sua produção: o processo de gramatização do português brasileiro e a constituição da língua nacional. Este discurso



explicita a tensão própria (inerente) em relação à constituição da língua nacional. Ao recortar seu discurso sobre a língua, a estilística imprime certos sentidos para este objeto e não outros, prova do político na língua, e no contexto do processo de gramatização do português brasileiro, a estilística participa, conferindo à língua nacional o efeito de singularidade, de construção política de unidade da língua nacional.

4. O EFEITO DE SENTIDO DE UMA LÍNGUA NACIONAL

A relação entre o discurso da estilística e a constituição da língua nacional, certamente, não é evidente, posta em funcionamento como uma “realidade” visível de que temos uma língua própria, empiricamente falando. Não é de uma língua “verdadeiramente” expressiva de que estamos falando e chamando de língua nacional. Isto é, não estamos relacionando esta língua nacional à língua expressiva do povo brasileiro, no sentido estrito desta relação. Por outro lado, estamos falando de efeito de sentido de uma língua nacional, onde vemos que o sentido desta língua deve ser buscado fora da mesma. Quando falamos em língua nacional, estamos pensando em termos políticos, de onde se pode falar de uma disputa pelos sentidos que podem significar esta língua. Em relação à constituição da nossa língua, podemos ver uma disputa entre um sentido racional/lógico e um sentido expressivo/emotivo. É nesta tensão (histórica) que esta língua se constitui. Enfocando mais especificamente o discurso da estilística, relativamente a este processo, podemos dizer que a formulação da nossa língua era diferente, por ser “expressiva”. Nesse sentido, o discurso da estilística não se refere ao modo peculiar que tem cada homem de falar e escrever (definição esta dada por Júlio Ribeiro, conforme já vimos) e nem ao que é peculiar a cada indivíduo na coordenação de palavras e frases (conforme está em João Ribeiro). De nossa parte, queremos entendê-lo enquanto um efeito de sentido da nossa língua. É em relação a este efeito de sentido, o expressivo, que a nossa língua se constitui.

A estilística é um discurso possível da língua nacional. Ela explicita um discurso relativo ao povo brasileiro. Por esta via, a estilística constituía-se em um discurso que procurou descrever as marcas próprias da nossa língua. Desse modo, pode-se dizer que a



língua nacional se diferenciava da língua portuguesa tradicional pelo seu caráter “expressivo”. É sob este efeito que se fundava uma discursividade para a língua nacional.

O discurso da estilística imprimiu uma certa leitura para a língua nacional, pois ele interpretou-a ressaltando as marcas expressivas deixadas por aqueles que escrevem. Isto é, no discurso da estilística legitimou-se uma língua investida de maior energia de expressão. Vemos que este discurso é, na realidade, uma interpretação do fenômeno linguístico da língua nacional. Estamos relacionando as alterações que o escritor faz na sintaxe para enfatizar o seu pensamento (posição tradicional) ao gesto de interpretação da língua nacional (posição histórica da língua). Estamos considerando estas alterações enquanto um fato que reclama por sentidos, portanto ele é um acontecimento que explicita deslocamentos na língua portuguesa. Não ficaremos na evidência de que este discurso estaria ligado ao estilo próprio de cada escritor, etc.

Este discurso explicita que não há uma linearidade/continuidade no discurso gramatical. Ele dá a visibilidade de uma não-coincidência no fio deste discurso (o gramatical). Deste ponto de vista, a estilística e a gramática não formam um discurso (único) homogêneo em relação à língua portuguesa tradicional.

O discurso da estilística não é uma paráfrase da língua portuguesa, ele se refere à língua nacional, isto é, ele interpreta a nossa língua e individualiza o povo que fala a mesma. Trata-se de olhar para a estilística enquanto um acontecimento discursivo que vai instaurar sentidos à língua nacional. Ele irrompe no discurso gramatical como um gesto de interpretação sobre a língua nacional. Ele dá a visibilidade de que a língua nacional é expressiva. Encontramos neste discurso marcas de uma língua que nos identifica, que imprime nossas individualidades, ou seja, esta língua “expressa” o caráter do povo brasileiro. Este discurso, portanto, enfatizava que a língua nacional nos “expressava”. Mais do que identificar marcas que reforçavam a nossa individualidade, procuramos analisar a estilística como um discurso sobre a língua nacional, isto é, como um discurso que realçava as “marcas” próprias da nossa língua, relacionadas à sua significação. O que interessa, para nós, não é apontar à individualidade de quem escreve, mas sim olhar à individualidade/especificidade da nossa língua.



Este acontecimento (a estilística) vai transformar a língua portuguesa, pois ele mexe com a ordem da língua, de onde se pode falar de um acontecimento que delimita (demarca) a nossa língua. Nesse discurso, vemos que a língua nacional é o grande acontecimento. E quando afirmamos isso, estamos pensando na ruptura que este acontecimento discursivo marca linguística e ideologicamente falando. A estilística abre espaço para se poder falar de uma língua nacional. Porém, é sob o efeito ideológico do “realçar”, do “reforçar”, do “colorir” o pensamento que esta outra língua despontava neste discurso (o da estilística). Por outro lado, podemos dizer que este efeito ideológico permitiu deslocamentos na língua portuguesa, de modo que abria para novas significações relativamente à língua nacional. Portanto, só podemos falar de uma língua nacional se considerarmos que este efeito ideológico é constitutivo do efeito de sentido da singularidade da língua nacional.

O discurso da estilística explicita o confronto entre a língua portuguesa (estrutura) e a língua nacional (acontecimento) e, nessa direção, ele evidencia como esta última se encontrava em desajuste com a primeira. Nesse sentido, entendemos que o discurso da estilística rompe com a língua portuguesa tradicional, instaurando uma nova interpretação para esta língua. O discurso da estilística marca a singularidade da língua nacional. Este discurso materializava a nossa independência política e explicitava a urgência em se descrever a nossa língua. Ele representava o povo brasileiro.

Nesse sentido, o discurso da estilística é um acontecimento, pois ele rompe com a memória da língua portuguesa, inscrevendo-nos em sua materialidade linguística-discursiva (da estilística). É em relação à sua atualidade (a emergência de se descrever a nossa língua) que procuramos analisar o discurso da estilística, observando os deslocamentos que ele realizava na língua portuguesa.

Na verdade, o discurso da estilística mostra que na língua há espaço para o devir, o alhures, etc., pois a falta e o ausente são constitutivos da língua. O imaginário de unidade de uma nação materializa-se no imaginário de unidade de uma língua (a nacional).

O discurso da estilística materializou o sentido “expressivo” para a língua nacional. Ele interpretava o modo próprio de falar e escrever no Brasil. Ele explicitou uma língua que



correspondia com a “índole” do povo brasileiro. Enfim, ele mudou o foco referindo-se especificamente à significação da língua nacional.

As figuras de sintaxe mudaram a língua portuguesa tanto no aspecto estrutural quanto referencial. Elas materializaram o “modo de expressão” em língua nacional que se marcava dando ênfase ao “pensamento” brasileiro. Enfim, podemos observar que a formulação das figuras de sintaxe explicita as transformações históricas por que passava a língua portuguesa no Brasil.

O discurso da estilística explicita a tensão entre a língua portuguesa (tradicional, clássica) e a língua nacional. Para nós, ele evidencia a resistência de uma língua que reclama por sentidos. Deste ponto de vista, o discurso da estilística não se reduz a uma questão de estilo pessoal (conforme já dissemos), pois vemos nele uma disputa pelos sentidos referentes à língua que falamos no Brasil. Queremos compreender o que significou este acontecimento levando-se em conta as condições históricas próprias ao processo de gramatização do português brasileiro. Por esta via de reflexão, o discurso da estilística participa do processo de construção de uma política linguística que vai trabalhar a nossa independência em relação a Portugal.

Filiaremos-nos à perspectiva que olha para seu objeto enquanto um acontecimento discursivo que tem suas próprias regularidades e enquanto tal ele torna possível a instituição de novos sentidos por meio de um trabalho de interpretação em que o ideológico deixa suas marcas inscritas na língua. Dessa forma, não o estaremos reduzindo a um fato situado no tempo, ou seja, um fato que seria resultado (produto) direto de uma determinada época. Queremos nos deslocar desse continuísmo (dessa linearidade) que apaga as condições históricas que determinam a constituição de um certo discurso. Um acontecimento, portanto, não deve ser observado/analizado em linha reta (na linearidade do tempo). Em nossas análises, isso significa dizer que o discurso da estilística não deve ser observado enquanto um discurso relacionado ao modo de escrever de cada indivíduo, mas sim como um modo de apropriação da nossa língua. Desse modo, acreditamos não estar reduzindo o acontecimento da língua no Brasil (explicitado pelo discurso da estilística) a uma questão de estilo individual. No presente trabalho, entenderemos este acontecimento da estilística nas



gramáticas brasileiras do final do século XIX como um rompimento com o modo de se escrever em Portugal. Este acontecimento desestabilizou o sentido da língua portuguesa tradicional.

Ele também explicitou o processo histórico de transformação da língua portuguesa no Brasil, determinado de um lado pela urgência de se instituir um modo singular de se escrever no Brasil e por outro devido a condição política/ideológica que impulsionou o processo de constituição da língua nacional.

Este trabalho também, devido ao objeto que analisamos e a posição teórica que assumimos, conforme já mencionamos, pretende trazer contribuições para os estudos referentes à História das Ideias Linguísticas no Brasil, pois entendemos que o discurso da estilística abre espaço para a introdução de uma discursividade para a língua nacional. Resumindo, o projeto História das Ideias Linguísticas no Brasil se propõe a discutir as orientações teóricas que estão funcionando sob a evidência dos saberes (a Gramática, o Dicionário e a Literatura) normativos da língua.

De uma certa forma, podemos afirmar que a produção gramatical brasileira do final do século XIX constituía-se em um estudo da nossa língua, em que a estilística seria um dos lugares em que teríamos a descrição da especificidade da língua nacional, pois neste discurso importava o nosso modo próprio de se “expressar”. Nesse caso, a própria gramática enquanto um estudo linguístico já se preocuparia com fatos linguísticos relacionados à nossa subjetividade/emotividade. Ou seja, a estilística seria um indício do discurso científico que constituía a referência para a produção de nossas gramáticas desta época em questão. Vemos, então, que a questão da subjetividade/emotividade já era uma preocupação dos estudos linguísticos da época. Entretanto, os estudos sobre estilística limitavam-se a uma questão literária onde víamos a língua receber um tratamento estético. Nesse sentido, a filiação ao discurso científico fez com que esta produção gramatical brasileira apontasse para estudos de reflexão linguística no Brasil.

No final do século XIX, com a filiação ao discurso científico, nossos gramáticos instauravam um lugar para a reflexão linguística brasileira. Deste ponto de vista, a produção gramatical desta época vai interpretar fatos linguísticos, apontando-os como sendo próprios à



língua nacional. Isto é, com esta filiação científica a gramática se apresenta como a exposição de fatos da língua que ela descreve. Enfim, esta produção gramatical vai apontar às diferenças da nossa língua em relação à de Portugal.

Consideraremos a estilística neste artigo enquanto uma forma de conhecimento específica sobre a linguagem e como tal ela interessa mais de perto às pesquisas desenvolvidas no projeto temático História das Ideias Linguísticas no Brasil. Nesse sentido, vai nos interessar observar a produção dessa forma de conhecimento (e nesta perspectiva importa descrever a filiação teórica que é constitutiva da produção de qualquer forma de conhecimento) para entendermos o seu funcionamento no processo de constituição da língua nacional. A estilística, deste ponto de vista, coloca (indiretamente) o problema da significação em relação à língua nacional. Em outras palavras, este discurso coloca a questão da referência da língua nacional. Esta língua dará ênfase à força de nossos “sentimentos” e também realçará o “caráter” do povo brasileiro. Portanto, este discurso é mais que um discurso individual, estético. Queremos compreendê-lo relativamente à historicidade da língua nacional.

Este discurso, o da estilística, vai acentuar um sentido marcado pela nossa “emotividade”, “subjetividade”, em relação à significação da língua nacional. Por esta via de reflexão, a estilística trabalha a constituição da significação desta língua que passa a nos significar, a nos “representar”.

O discurso da estilística desencadeia um processo de identificação entre a língua e o povo brasileiro. Ele colocava em destaque a questão da língua nacional e do sujeito brasileiro. Nesse sentido, o discurso da estilística instaura uma posição sujeito em relação à língua nacional. Esta posição, em nosso entender, representou a inscrição do povo brasileiro na língua. Este discurso evidencia que não há mais coincidência entre a língua portuguesa e a nacional. Esta se constituía em uma língua que imprimia o “nosso caráter” e que fazia referência ao “pensamento” do povo brasileiro. O discurso da estilística produziu um certo corte em relação à língua portuguesa. Ele definiu uma nova relação com a língua portuguesa, uma relação mais “afetiva”, mais “pessoal”, e por isso mesmo transformou-a, radicalmente. A estilística coloca em evidência os novos “falantes” da língua, no caso, os brasileiros. No



discurso da estilística, a diferença entre a língua portuguesa e a nacional era marcada como estando relacionada ao modo de pensar do povo brasileiro.

Na verdade, para nós, o discurso da estilística evidencia o fenômeno de transformação de uma certa língua, não sendo, portanto, simplesmente um fenômeno puramente estético. Desse modo, este discurso explicita que o seu funcionamento tem a ver com a construção de sentidos para a língua nacional. A materialidade do discurso da estilística evidencia que o funcionamento da língua não é indiferente a questões históricas e políticas: a construção da unidade imaginária da língua nacional.

Queremos deslocar a estilística do seu lugar de figuras (por esta via elas, as figuras, eram consideradas irregularidades, desvios, em relação à expressão do pensamento) para compreender um pouco melhor o processo de produção de sentidos para a língua nacional, ou melhor dizendo, para descrever o deslocamento histórico que este discurso estava explicitando em relação ao português de Portugal. O discurso da estilística apontava para as mudanças sintáticas pelas quais passava a língua portuguesa no Brasil. Por isso, as figuras de sintaxe evidenciam uma língua cujo funcionamento está relacionado à nossa emotividade, a nossa índole (o nosso caráter). A nossa língua, portanto, marcava-se por esta historicidade.

Nosso objetivo aqui é olhar para o discurso da estilística, que é fundamentalmente figuras de sintaxe, na produção gramatical brasileira do final do século XIX para além de uma oposição entre o que é considerado regular e o que é irregular, em relação à expressão do pensamento. Esta oposição, em nosso entender, refere-se à tensão entre a língua portuguesa tradicional e a língua nacional. O discurso da estilística, nesse sentido, pela sua evidência de que as figuras estão relacionadas ao estilo individual, apaga a materialidade histórica da língua nacional. E é justamente esta evidência que procuraremos desconstruir neste trabalho.

Dessa forma, estaremos sendo críticos em relação aos trabalhos em geral sobre estilística, desenvolvidos a partir de outras posições teóricas (principalmente a que relaciona a estilística a recursos linguísticos ornamentais que realçam/colorem o pensamento/a ideia daquele que escreve – a posição tradicional: literária).



5. O DISCURSO DA ESTILÍSTICA E O EFEITO DE SINGULARIDADE PARA A LÍNGUA NACIONAL

O discurso da estilística explicita o modo próprio de se escrever no Brasil. Este discurso descreve a singularidade da nossa língua. Devido à evidência da noção de estilo em que ele aparece ligado à individualidade/singularidade daquele que escreve, pode-se dizer que é neste jogo que vemos deslizar sentidos à língua nacional, ou seja, esta definição de estilo trabalha a constituição de um discurso para a língua nacional. Desse modo, as diferenças existentes entre a nossa língua e a de Portugal foram interpretadas como estando relacionadas à ênfase dada ao modo como pensamos e sentimos as coisas, ou seja, à força de nosso “pensamento”. Era sob este efeito de sentido (o “expressivo”) que se configurava o imaginário da nossa língua (a nacional). Esta individualidade/singularidade muito mais do que ser a marca de uma língua subjetiva/expressiva, ela materializa a especificidade da língua nacional. O discurso da estilística não deve ser visto enquanto o modo próprio que tem cada indivíduo de falar ou escrever. É esta evidência que queremos questionar neste trabalho. Ao invés disso, propomos que se olhe para a estilística enquanto um efeito da língua nacional. Este discurso atesta a materialidade linguístico-histórica desta língua. As figuras de sintaxe, por exemplo, materializavam um funcionamento específico da língua no Brasil. Daí a nossa afirmação de que o linguístico é invadido por fatores exteriores, o que atesta o caráter material dos sentidos (a sua historicidade).

Em geral, podemos afirmar que a gramática até o final do século XIX era considerada uma arte. Os estudos linguísticos se limitavam à prescrição de regras de como escrever e falar corretamente a língua. Fávero (2001) examina gramáticas que se situam entre as primeiras impressas no Brasil no século XIX. Segundo esta autora, no período de 1820 a 1870, “*a gramática é considerada uma arte, na continuidade da conceituação oriunda do modelo greco-latino*” (2001: 61).

Por outro lado, sabemos que no final do século XIX, com a instauração de uma produção gramatical brasileira (o processo de gramatização do português brasileiro), inscrevamos nossas gramáticas em uma filiação científica, rompendo assim com a tradição



portuguesa em geral e com a filiação à gramática filosófica de J. Soares Barbosa⁵. Segundo Guimarães, *“este processo é fortemente determinado, de um lado, pela relação que o Brasil estabelece com ideias filosóficas e científicas de outros países, já não diretamente filtradas por Portugal, e por outro lado, pela instituição escolar brasileira que se instalara a partir da fundação do Colégio Pedro II”* (Guimarães, 1997: 7). Portanto, *“nosso país, no século XIX, já está inscrito no quadro da ciência da linguagem que se faz no mundo, por seus próprios autores, nacionais”* (Orlandi, 2002: 137). É interessante notar que, se em gramáticas como a de Júlio Ribeiro (1881) e a de Pacheco Silva e Lameira Andrade (1887) encontramos a definição de uma gramática não normativa (pois ela é definida como exposição de fatos da língua), é uma gramática normativa que eles realizam no corpo da gramática, pois *“se caracterizam, entre outras coisas, por apresentar regras de formação de plural, de feminino; por apresentar paradigmas verbais; e de apresentarem uma seção sobre, por exemplo, vícios de linguagem. Ou seja, são gramáticos que se caracterizam como apresentando um padrão de linguagem a ser seguido”* (Guimarães, 2002: 25).

Sem dúvida, esta nova orientação/filiação para as gramáticas brasileiras, se não foi ainda de fato praticada na época pelos nossos gramáticos, ao menos introduziu um novo tipo de procedimento que consistiu em mudar de foco e que abriu a possibilidade de tratar múltiplos problemas linguísticos brasileiros. Verifica-se também, em relação à filiação destas gramáticas que não havia uma separação muito clara entre o *cientificismo* e o *normativismo*.

Feitas estas considerações, poderíamos dizer que há uma certa incoerência quanto à filiação teórica destes autores de gramática, do final do século XIX. Por um lado, explicitam uma filiação científica dos estudos da linguagem, mas por outro, acabam realizando uma gramática normativa. Como explicar tal questão? Não se trata, de nosso ponto de vista, de uma incoerência. Para nós, a filiação científica é um fato consumado, o que vem confirmar as relações existentes entre as filiações reivindicadas por um mesmo autor. Podemos entender este fato observando que há a dominância de uma filiação em detrimento de outra (s).

⁵ É interessante lembrar também que o discurso literário romântico nos ligou às ideias literárias vindas da França.



6. O DISCURSO DA ESTILÍSTICA E O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA LÍNGUA NACIONAL

Com o advento de nossa Independência Política, decorreram discursos que materializaram esta necessidade histórica de constituição da nação brasileira, mais que isso eles representaram o Estado brasileiro. Era preciso se desligar definitivamente de Portugal. Entre esses discursos está o Romantismo (objeto de estudo de nossa Dissertação de Mestrado, 2001) que, conforme analisamos, textualizou uma memória (uma escritura) para a língua nacional, constituindo-se em um dos instrumentos em que se materializava a nossa Independência política. Nesse gesto mesmo de interpretar a nossa língua, os escritores românticos tornavam-se autores da mesma. Por outro lado, os escritores românticos portugueses criticavam duramente os escritores românticos brasileiros, acusando-os de estarem “corrompendo” a língua portuguesa tradicional/clássica. Aqui, podemos ver que o discurso de dominação do colonizador sobre o colonizado estava funcionando, pois os escritores portugueses colocavam-se como os “legítimos” autores da língua portuguesa. Também concluímos que se tratava de uma discussão em torno do imaginário de língua, onde os escritores portugueses falavam de uma posição tradicional/clássica, ao passo que nossos escritores eram interpelados pela ideologia nacionalista trabalhada/praticada pelo discurso romântico brasileiro. Foi nesta direção que analisamos as polêmicas travadas entre escritores portugueses e brasileiros neste período que nos serviu de recorte. Dessa forma, não foi nosso objetivo defender nem a posição purista da língua, que se apoiava na própria gramática portuguesa, nem a posição nacionalista que relacionava a questão da língua no Brasil ao nacionalismo.

Nesse sentido, acreditamos que a língua é um dos lugares em que esta “separação” ganha visibilidade política. A língua torna visível as questões políticas de um povo. Estamos falando dos discursos que se constituem sob a base da língua. Ou seja, a língua tem um funcionamento político. A literatura, a gramática e o dicionário vão representar a nossa unidade linguística e política. Esta situação histórica vai determinar a constituição destes



discursos e seus efeitos de sentidos. Eles explicitavam as diferenças linguísticas existentes entre o português do Brasil e o português de Portugal, em outras palavras, eles legitimavam a língua nacional. Estes discursos se constituíam sob o efeito de sentido da língua nacional. Eles materializaram (textualizaram) a nossa Independência política. Eles não devem ser vistos como objetos naturais (inerentes à escrita), autônomos, estanques ou transparentes. Eles são objetos simbólicos sócio-históricos (Orlandi, 1997b: 4). Desta perspectiva, é preciso dizer que a gramática, o dicionário e a literatura são saberes linguísticos que se constituem sob filiações teóricas específicas.

É preciso que se considere a questão política a partir destas filiações teóricas, constitutivas de posições historicamente determinadas. Portanto, o político deve ser observado em relação à posição discursiva sob a qual o conhecimento foi produzido. Entendemos que este gesto de leitura (com base científica) realizado pelos nossos gramáticos do final do século XIX é decisivo na construção da posição sujeito-autor da língua nacional. Esta nova filiação representava a ruptura política e linguística com Portugal.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aparecimento destas gramáticas deve ser analisado em relação à construção da nação brasileira. Dessa forma, os autores destas gramáticas ocupavam a posição de autores da língua nacional. Eles deslocavam a autoria da língua para o território nacional (cf. Orlandi, 1997a: 5). Eles construíam a unidade da língua e da nação brasileira. Nesse sentido, estas gramáticas textualizavam o gesto político de construção da unidade imaginária da língua nacional.

Enfim, neste artigo analisamos a estilística da perspectiva discursiva, em que a consideramos como um lugar de reflexão sobre a língua e para concluir, diríamos que a estilística para nós não é um lugar tranquilo no que toca as questões sobre a linguagem e sua significação.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1985.



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

- AUROUX, S. *A Revolução Tecnológica da Gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- AUROUX, S. "A Hiperlíngua e a Externalidade da Referência". In: ORLANDI, Eni P. (org.) *Gestos de Leitura: Da História no Discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1997.
- FRAGOSO, É. A. *A Relação entre Língua (Escrita) e Literatura (Escritura) na Perspectiva da História da Língua no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: IEL/UNICAMP, 2001.
- GUIMARÃES, E. "Sinopse dos Estudos do Português no Brasil". In: *Relatos (1): 3-20*. Publicação do projeto "História das Ideias Linguísticas: Construção de um Saber Metalinguístico e a Constituição da Língua Nacional". DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP, 1994.
- GUIMARÃES, E. e ORLANDI, Eni P. (orgs.). *Língua e Cidadania: O Português no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 1996b.
- GUIMARÃES, E. "História da Gramática no Brasil e Ensino". In: *Relatos (5): 7-13*. Publicação do projeto "História das Ideias Linguísticas: Construção de um Saber Metalinguístico e a Constituição da Língua Nacional". DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP, 1997.
- GUIMARÃES, E. "Os Estudos da Significação no Brasil: uma História entre o Natural e o Histórico no Século XIX". In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos (4/5): 7-18*. Campinas, SP: Pontes, 2000.
- GUIMARÃES, E. "Política de Línguas na América Latina". In: *Relatos (7)*. Publicação do projeto "História das Ideias Linguísticas: Ética e Política das Línguas". DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP, 2001.
- HAROCHE, C. *Fazer Dizer, Querer Dizer*. Trad. Eni P. Orlandi. São Paulo, SP: Editora Hucitec, 1992.
- MACIEL, Maximino. *Grammatica Descriptiva*. 7ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves & Cia, 1918.



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

- MALDIDIER, D. *A Inquietação do Discurso: (Re)ler Michel Pêcheux Hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- MILNER, Jean-Claude. *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1987.
- ORLANDI, Eni P. "Vão surgindo Sentidos". In: ORLANDI, Eni P. (org.). *Discurso Fundador: A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- ORLANDI, Eni P. *Interpretação: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni P. "Língua Nacional e Saber Metalinguístico: um Projeto Singular". In: *Relatos (5): 3-5*. Publicação do projeto "História das Ideias Linguísticas: Construção de um Saber Metalinguístico e a Constituição da Língua Nacional". DL – IEL – UNICAMP, DL – FFLCH – USP, 1997.
- ORLANDI, Eni P. "Ética e Política Linguísticas". In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos (1): 7-16*. Campinas, SP: Pontes, 1998.
- ORLANDI, Eni P. "O Estado, a Gramática, a Autoria: Língua e Conhecimento Linguístico". In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos (4/5): 19-34*. Campinas, SP: Pontes, 2000.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001a.
- ORLANDI, Eni P. (org.). *História das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas, SP: Pontes, 2001c.
- ORLANDI, E. *Língua e Conhecimento Linguístico: Para uma História das Ideias no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2002.
- PÊCHEUX, M. e GADET, F. *La langue introuvable*. Paris: Librairie François Maspero, 1981.
- PÊCHEUX, M. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. "Delimitações, Inversões, Deslocamentos". In: *Cadernos de Estudos Linguísticos (19): 7-24*. Trad. José H. Nunes. Campinas, SP/ IEL, 1990.



Revista Igarapé
Literatura, Educação e Cultura: Caminhos da Alteridade

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Trad. bras. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

RIBEIRO, João. *Gammatica portugueza*. 3ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Livraria Clássica de Alves & C, 1889.

RIBEIRO, João. *A Língua Nacional*. 2ª ed., São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1993.

RIBEIRO, Júlio. *Grammatica Portuguesa*. 13ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Livraria Francisco Alves & C, 1919.

SILVA JR. Pacheco da e ANDRADE, Lameira de. *Grammatica da Lingua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1887.